

CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UM ESTUDO EM CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

ACCOUNTING AND TAXATION OF SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES: A STUDY IN BRAZILIAN ACCOUNTING AND ADMINISTRATION CONGRESS

ALEXIA CARVALHO DO CARMO

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: alexiacarvalho49093@gmail.com

LÚCIO DE SOUZA MACHADO

Doutor em Psicologia pela PUC-GO, Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela FECAP-SP. E-mail: luciosouzamachado@gmail.com

Resumo: O objetivo principal do estudo foi analisar a característica da produção científica sobre os temas contabilidade e tributação de pequenas e médias empresas (PME) entre os anos de 2010 e 2021 nos congressos de Contabilidade e Administração do Brasil. A seleção dos estudos se deu nos endereços eletrônicos de 11 congressos, com o emprego dos seguintes descritores de procura nos títulos dos trabalhos: PME, CPC PME, NBC TG 1000, ITG 1000, MEI, Pequenas e Médias Empresas, Microempreendedores Individuais e Simples Nacional. A pesquisa, de natureza quantitativa, também se enquadra como descritiva e bibliométrica. A amostra teve 209 artigos, escritos por 580 autores. Como principais resultados alcançados destacam-se: i) que os anos de maior publicação de artigos sobre o tema foram 2015 e 2019; ii) que os congressos mais produtivos sobre os assuntos foram o Congresso Brasileiro de Custos e o Congresso UFSC de Controladoria e Finanças; iii) que há uma simetria entre autoria feminina e masculina; iv) que predominam-se estudos científicos realizados em parceria; v) que 55 autores produziram de 2 a 6 artigos, enquanto 525 publicaram apenas 1, confirmando a Lei de Lotka; vi) que o assunto mais discutido entre os artigos foi contabilidade gerencial. Ademais, é possível depreender que a temática investigada “contabilidade e tributação de PME” ainda é pouco estudada, indicando carência de estudos sobre o tema, apesar da importância do setor para a economia nacional.

Palavras-chave: *Contabilidade. Pequenas e médias empresas (PME). CPC PME. Simples Nacional.*

Abstract: *The main objective of the study was to analyze the characteristic of scientific production on accounting and taxation of small and medium-sized enterprises (SMEs) between the years 2010 and 2021 in the Accounting and Administration congresses in Brazil. The selection of studies took place on the electronic addresses of 11 conferences, using the following search descriptors in the titles of the works: PME, CPC PME, NBC TG 1000, ITG 1000, MEI, Small and Medium-Sized Enterprises, Individual Microentrepreneurs and Simples Nacional. The research, of a quantitative nature, also fits as descriptive and bibliometric. The sample had 209 articles, written by 580 authors. As main results achieved, the following stand out: i) that the years with the highest publication of articles on the subject were 2015 and 2019; ii) that the most productive congresses on the subjects were the Brazilian Congress on Costs and the UFSC Congress on Controllorship and Finance; iii) that there is a symmetry between female and male authorship; iv) that scientific studies carried out in partnership predominate; v) that 55 authors produced 2 to 6 articles, while 525 published only 1, confirming Lotka's Law; vi) that the most discussed subject among the articles was management*

accounting. Furthermore, it is possible to infer that the investigated theme “SME accounting and taxation” is still little studied, indicating a lack of studies on the subject, despite the importance of the sector for the national economy.

Keywords: *Accounting. Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs). SME CPC. Simple national.*

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social do Brasil é representado expressivamente por Pequenas e Médias Empresas (PME). De acordo com estudos feitos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), o segmento possui cerca de 7,5 milhões de estabelecimentos brasileiros, representa 51% dos empregos gerados no país e é responsável por cerca de 30% da economia brasileira. Comparado a estudos anteriores feitos pelo próprio SEBRAE, as PME possuem considerável capacidade de crescimento ao longo dos anos e uma visibilidade futura ainda mais significativa, e essa expressiva representatividade exige uma regulamentação própria para elas (SEBRAE, 2020).

Alinhados a essa afirmação, existem normas e regimes de tributação específicos para essas empresas com o intuito de serem de fácil compreensão em qualquer país do mundo, feitas em uma linguagem clara, independentes das demais normas e disponíveis para adoção em qualquer país (CORRER, 2015). Um exemplo é o CPC PME (Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas), uma norma separada para PME, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Resolução nº 1.255 de 2009, alterada pela NBC TG 1000 (R1), de 2016 (CFC, 2022). Vale ressaltar que também existe uma adaptação da NBC TG 1000, a Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000, um modelo contábil para microempresas e empresas de pequeno porte, cuja finalidade é facilitar sua aplicação (CFC, 2022).

Além disso, as PME alcançaram, a partir de determinação constitucional, um tratamento tributário diferenciado, o Simples Nacional previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (WILBERT; ALCÂNTARA; SERRANO, 2015). Este é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (BRASIL, 2021). Os Microempreendedores Individuais (MEI) também são abrangidos pelo regime de tributação do Simples Nacional. Ao ser enquadrado como MEI, os recolhimentos dos tributos são feitos através de valores fixos mensais (BRASIL, 2008). Conforme dados do SEBRAE (2021), o Brasil possui cerca de 10 milhões de MEIs, o que mostra o empreendedorismo formal ocupando um lugar de suma importância na economia brasileira.

As normas e regimes tributários específicos para as PME permitem uma forma de equilíbrio em relação às demais empresas, possibilitando a elas competitividade e grandes chances de desenvolvimento no cenário econômico, o que não seria possível caso não houvesse legislações para esse formato de empresa (LIMA; SANTOS; PARANAIBA, 2019). No entanto, é perceptível as grandes dificuldades existentes por parte dos profissionais em relação à adoção dessas normas. Isso porque nem sempre elas são de fácil compreensão, dificultando sua aplicação adequada.

Gomide, Ramalho e Sousa Neto (2016) analisaram os diversos aspectos da dinâmica que caracterizam a aderência dos escritórios de contabilidade às novas práticas contábeis introduzidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais (NBC TG) 1000 e Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000. Um ponto importante trazido por eles é que o ambiente de convergência das normas para PME ainda é carente de abordagens científicas e, até então, não apresenta um modelo teórico validado sobre a dinâmica de aderência das normas. Assim, pesquisas acadêmicas na área colaboram muito já que averiguam a respeito dessas normas e de sua instituição, objetivando torná-las mais aplicáveis.

Pesquisas anteriores, como as de Santos (2015) e Souza, Silva e Araújo (2013), investigaram a produção científica em determinada área da Contabilidade. Para Santos (2015), pesquisas científicas devem, de tempos em tempos, passar por algum estudo, a fim de verificar pontos em destaque no cenário de sua publicação. Já Souza, Silva e Araújo (2013) afirmam que a participação de pesquisadores acadêmicos pode contribuir no aperfeiçoamento normativo que orienta certa área da Contabilidade. Da mesma forma, Santeiro (2013) diz que a análise da produção científica é uma maneira que permite verificar como e o quanto tem sido pesquisado em determinada área do conhecimento. Leite Filho e Siqueira (2007) acrescentam que os resultados avaliativos de pesquisas científicas na área da contabilidade contribuem para a consolidação, explicação, discussão e reflexão sobre o caráter de cientificidade da área, fazendo com que seus resultados somem aos trabalhos anteriores.

Uma forma de se analisar a produção científica é por intermédio de pesquisa bibliométrica. Segundo Albuquerque et al. (2013, p. 125), a bibliometria “se configura como uma ferramenta que permite medir as

condições em que a produção científica se encontra, no sentido de saber quanto e o que vem sendo pesquisado na área”. De forma correlata, Santos (2015) afirma que a bibliometria é a principal forma de análise de estudos científicos, pois elaboram informações sobre pesquisas feitas anteriormente.

Diversos estudos utilizaram a bibliometria a fim de analisar determinado assunto na contabilidade, como, por exemplo, Silva et al. (2012) que analisaram a produção científica sobre custo em organizações de construção civil no Congresso Brasileiro de Custos (CBC); Ribeiro (2014) que estudou o perfil e crescimento das publicações acadêmicas sobre contabilidade internacional em periódicos brasileiros entre os anos de 1999 e 2013; Santos (2015) que analisou os artigos publicados como estudos bibliométricos no Congresso Brasileiro de Custos (2015); Gomes, Machado e Souza (2022), que pesquisaram o quadro da pesquisa tributária em periódicos classificados nas áreas de conhecimento de Administração, Ciências Contábeis e Economia, entre os anos de 2015 e 2020.

Nesse sentido, permanece crucial a tarefa de trabalhar duro para reunir, organizar e assimilar peças existentes na literatura sobre determinado tema para ampliar o corpo de um conhecimento (DELER; CROSSLAND, 2008). Assim, e diante do contexto apresentado que mostra a importância e representatividade das PME para a economia brasileira, as possíveis dificuldades enfrentadas na adoção de normas contábeis e no regime de tributação, e, sobretudo, pela relevância da análise da produção científica, surge o problema desta pesquisa: qual o cenário das pesquisas relacionadas a contabilidade e tributação de PME em congressos brasileiros de Contabilidade e Administração?

O objetivo principal do estudo é analisar a característica da produção científica sobre o tema contabilidade e tributação de PME em congressos brasileiros de Contabilidade e Administração, entre os anos de 2010 e 2021. Para isso, foram relacionados os seguintes objetivos específicos: i) identificar a quantidade de artigos publicados sobre o tema no espaço temporal estabelecido; ii) analisar como está distribuída essa quantidade ao longo dos anos; iii) verificar em quais congressos há mais concentração de trabalhos sobre o tema; iv) averiguar se há uma tendência de crescimento nas pesquisas desse ramo ao longo dos anos; v) analisar o perfil dos autores, sob a ótica da Lei de Lotka; vi) verificar qual área da Contabilidade mais abrange pesquisas sobre PME e vii) identificar quais palavras são mais frequentes nos títulos dos artigos, através de uma nuvem de palavras.

Frise-se que a escolha dos congressos considerou o reconhecimento nacional e se eles já estavam consolidados há mais de 5 anos no cenário nacional. O espaço temporal foi estabelecido tendo em vista que a norma específica para as PME – a NBC TG 1000 –, juntamente com a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do International Accounting Standards Board (IASB), entraram em vigor a partir de 2010.

A presente pesquisa justifica-se pela importância de se mapear estudos científicos relacionados às PME, em especial no que tange a contabilidade e tributação dessas entidades, pois, ao se buscar estudos sobre tal fato, não se identificou nenhum. Por isso, o intento desta pesquisa vem da necessidade de identificar os principais aspectos da literatura científica desse assunto produzida por pesquisadores brasileiros que usaram de eventos científicos para apresentar suas pesquisas. Realce-se que a escassez de estudos em PME (BOTINHA; LEMES, 2016) não é vista em outras temáticas, como custos (SILVA et al., 2012), contabilidade internacional (RIBEIRO, 2014), contabilidade e planejamento tributário (GOMES; MACHADO; SOUZA, 2022), dentre outros ramos da Contabilidade. Portanto, o estudo colabora para despertar o interesse dos acadêmicos e profissionais da área de negócios para futuras pesquisas e serve como ferramenta de busca acerca da literatura especializada para às PME.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção contém a apresentação de 3 tópicos necessários à compreensão do presente estudo: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Tributação de Pequenas e Médias Empresas e Estado da Arte.

2.1 CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Nos últimos anos, as PME aumentaram significativamente sua participação na economia brasileira (SEBRAE, 2020). De acordo com Lima, Santos e Paranaíba (2019), as PME são conhecidas pela sua capacidade de geração de empregos, participação no Produto Interno Bruto (PIB) e redução de empregos informais. Com ideias semelhantes, Einsweiller, Beber e Savaris (2018) afirmam que as PME são, atualmente, uma opção para ocupação de uma parte da população que possui capacidade de começar seu

próprio negócio, tendo assim uma alternativa de emprego para uma grande parcela de trabalhador excedente.

O mundo globalizado possui a necessidade de demonstrações financeiras padronizadas para que sejam de fácil compreensão a diversos usuários do mercado, com informações consistentes, fidedignas, transparentes e comparáveis em qualquer lugar do mundo (CORRER, 2015). Para Faria e Silva (2014) a crescente abertura da economia brasileira no âmbito global fez surgir a necessidade de padronização da contabilidade. Mazzioni et al. (2016, p. 3) reforçam que “tornou-se imprescindível adotar uma linguagem contábil convergente, podendo ser utilizada e comparada com as demais entidades pelo mundo a fora que também já tenham adotado a essas normas”. Em síntese, a padronização da linguagem contábil contribui para a comparação de diferentes empresas em qualquer lugar do mundo, permitindo entendimento claro e consistente para todos os interessados nas informações contábeis.

Com as PME não é diferente, também houve a carência da padronização das normas específicas para elas. Assim, foi editado pelo CFC o Pronunciamento Técnico PME –Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CFC, 2022). Como o CPC PME não possui força de lei para que as empresas sejam obrigadas a adotá-lo, o CFC editou a norma NBC TG 1000 (PEDROZA, 2014). A NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, correlacionada às IFRS para PME, teve sua vigência a partir de 2010 para atender às demandas e necessidades das PME em um ambiente global. Essa normativa tem como objetivo fornecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e os fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação (CFC, 2022, p. 1).

Com o intuito de facilitar a interpretação da NBC TG 1000, o CFC aprovou, através da Resolução 1.418/12, a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Essa norma “estabelece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” (CFC, 2022, p. 1), e tem como objetivo auxiliar o entendimento, reduzir as exigências e estimular a utilização de um melhor padrão contábil (OLIVEIRA et al., 2016).

As normas contábeis específicas para PME simplificaram as normas contábeis completas por meio da redução da divulgação, simplificação da linguagem e do reconhecimento e divulgação para que os custos empreendidos por essas empresas na elaboração das demonstrações financeiras pudessem ser reduzidos (CORRER, 2015). No entanto, ainda prevalecem várias dificuldades em relação à adoção das normas. Para Gomide, Ramalho e Sousa Neto (2016), o aumento de custos, a dificuldade em obter as informações dos clientes, o aumento no tempo e na burocracia para atender às normas em sua integridade, assim como a falta de capacitação da equipe de trabalho, são fatores determinantes para uma baixa aderência à norma. Para Pedroza (2014), a norma contábil para as PME trouxe consigo um leque de desafios e benefícios para a contabilidade brasileira.

Arruda (2016) cita que fatores econômicos e sociais, como características regionais, setor e tempo de atuação, classificação societária, aspectos tecnológicos (referentes a sistemas utilizados) e custo-benefício da informação são fatores existentes que influenciam a padronização do CPC PME. Além disso, o autor afirma que “empresários e contadores podem não querer arcar com tais dispêndios por não identificarem benefícios que justifiquem o ônus da adoção [...], influenciando diretamente contadores e empresários quanto à percepção sobre a adesão a novo padrão contábil, no caso, o CPC PME” (ARRUDA, 2016, p. 20).

2.2 TRIBUTAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Leis específicas para o recolhimento de obrigações para empresas que se enquadram como microempresa, empresa de pequeno porte e como MEI são importantes para o desenvolvimento e a competitividade em meio às grandes empresas (LIMA; SANTOS; PARANAIBA, 2019). De forma semelhante, Paes (2014) afirma que as PME são um grupo expressivo e que possuem várias particularidades no que se diz respeito à tributação, além de incorrerem em custos mais elevados do que em empresas maiores.

De acordo com o SEBRAE (2022), foi instituído um regime tributário específico para os pequenos negócios com o intuito de facilitar e reduzir a carga tributária para eles. Assim, o Simples Nacional surgiu como “um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas ME e EPP, que visa à simplificação das obrigações tributárias, previdenciárias, administrativas e creditícias” (WILBERT; ALCÂNTARA; SERRANO, 2015, p. 57).

Segundo a Receita Federal (2022), para ser ingresso no Simples Nacional, é necessário cumprir os seguintes requisitos: i) estar enquadrado na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte; ii)

cumprir os requisitos exigidos na legislação; e iii) formalizar a opção pelo Simples Nacional. De acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 155 de 2016, considera-se:

Microempresa: aquelas que auferiram, em ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

Empresa de Pequeno Porte, aquelas que auferiram, em ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Para se enquadrar como MEI, que também podem optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições pelo Simples Nacional através de valores fixos mensais, considera-se que sua receita bruta auferida no ano-calendário anterior seja de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) (BRASIL, 2006, cap. II).

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, também reforça o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às PME no que se refere: i) à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições, mediante regime único de arrecadação; ii) ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias; iii) ao acesso ao crédito e ao mercado; iv) ao cadastro nacional único de contribuintes. Dessa forma, ao atender aos requisitos exigidos na norma, empresas enquadradas no Simples Nacional possuem particularidades de tratamento a fim de existir um equilíbrio com as demais empresas.

Para Pessoa, Costa e Maccari (2016), o Simples Nacional tem como principais vantagens a possibilidade de menor tributação em relação aos regimes Lucro Real e Lucro Presumido e simplicidade no atendimento à legislação tributária, previdenciária e trabalhista, já que são pagos mediante uma guia única.

Conforme dados do SEBRAE (2020), a formalização das PME colaborou significativamente para a arrecadação tributária, além de ajudar na construção de trabalhos formais. Entre os anos de 2007 e 2018, a arrecadação do Simples Nacional dobrou, chegando a 8,4 % da Arrecadação Federal. Nesse cenário, pesquisas sobre as normas vigentes que regem a contabilidade e a tributação das microempresas, empresas de pequeno porte e do MEI são de extrema importância, visto que, de acordo com Munhão et al. (2013, p. 30), “A carência de bibliografias e trabalhos empíricos no Brasil limita o desenvolvimento de técnicas e práticas de aperfeiçoamento da contabilidade”.

2.3 ESTADO DA ARTE

No âmbito global, há pesquisas abordando a convergência de normas para PME. Neag, Masca e Pascan (2009), apesar de afirmarem que as normas específicas para PME são de incontestável importância para a comparabilidade das demonstrações financeiras em nível mundial, também reconhecem que existem altos custos de adoção. Com ideias correlatas, Mandilas, Nikolaidis e Valsamidis (2010) declaram que o custo elevado, a falta de conhecimento e o impacto da adoção da norma são alguns dos fatores que as empresas ponderam em sua adoção.

Faria e Silva (2014) investigaram quais fatores influenciam os contadores das PME da cidade de Uberlândia-MG a adotarem a norma contábil CPC PME na elaboração das demonstrações financeiras. Como resultado, a pesquisa revelou que apenas 15% dos contadores da amostra adotam o CPC PME e que as principais dificuldades estão relacionadas à falta de divulgação, treinamento e orientação pelos órgãos responsáveis, além do aumento de custos.

De forma semelhante, Correr (2015) pesquisou quais são as dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade ou irregularidades ao levantar as demonstrações financeiras. Como resultado, obteve como principal dificuldade a elaboração de notas explicativas devido à falta de informações disponíveis. O autor destaca, ainda, que as causas dessas dificuldades são: formação acadêmica, falta de educação continuada, distanciamento entre cliente e profissional e forte influência fiscal no país.

Cavalheiro, Huppel e Kremer (2017) analisaram a percepção e aplicação do CPC PME pelos prestadores de serviços contábeis na cidade de Dourados – MS. Os resultados apontaram que há dificuldade em relação à adoção do CPC PME, principalmente em relação a questões subjetivas onde não há regras claras, por exemplo, a aplicação do princípio da essência sobre a forma. De maneira geral, a pesquisa evidenciou que os respondentes não se adequaram ao CPC PME.

Dado que o progresso científico se dá pela divulgação de novas descobertas e invenções, é imprescindível que novos fatos sejam disponibilizados para a comunidade acadêmica (SANTEIRO, 2013). Uma das formas de trazer tal contribuição à academia é através da produção científica. Esta é, assim como em todas as áreas do conhecimento, fundamental para a contabilidade. De acordo com Leite Filho e Siqueira

(2007), por intermédio de periódicos e outros meios de divulgação científica, os resultados de estudos são levados aos leitores, servindo como suporte para uma possibilidade de avanço do desenvolvimento científico.

Diversos estudos na contabilidade se utilizaram da pesquisa bibliométrica com o intuito de analisar a produção científica em determinada área. Silva et al. (2012) realizaram uma pesquisa bibliométrica com o intuito de analisar o perfil da pesquisa científica sobre custos aplicados as empresas de construção civil nos anais do Congresso Brasileiro de Custos (CBC), no período de 1996 a 2010, em que foram encontrados apenas 18 artigos. Em seus achados, obtiveram que a maior parte dos autores publicou apenas 1 artigo, confirmando a Lei de Lotka.

Albuquerque et al. (2013) desenvolveram um estudo a fim de investigar o que tem sido publicado sobre Controladoria no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, no período de 2004 a 2010. A pesquisa conclui que, apesar da importância da Controladoria na gestão das empresas, não houve uma evolução quantitativa significativa sobre o tema.

Souza, Silva e Araújo (2013) realizaram uma pesquisa bibliométrica, com o objetivo de analisar como estava a produção científica sobre o tema contabilidade aplicada ao setor público nos periódicos da SEER e da SciELO. Obtiveram que a produção científica na área de Contabilidade Governamental ainda é escassa.

Ribeiro (2014), também através de uma pesquisa bibliométrica, buscou investigar qual é o perfil e o crescimento das publicações sobre Contabilidade Internacional em periódicos brasileiros, entre os anos de 1999 e 2013. Foram encontrados e analisados 142 artigos e os resultados indicaram a Revista Contabilidade e Finanças e a Revista Universo Contábil como as mais prolíferas, bem como a predominância de artigos publicados em parceria.

Pereira e Moreira (2018) buscaram identificar, via pesquisa bibliométrica, os principais aspectos da gestão socioambiental que estão sendo tratados nas micro e pequenas empresas brasileiras, nos anais dos Encontros de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – EGEPE, entre os anos de 2000 e 2016. Como resultado, averiguaram que, apesar do tema ainda ser pouco discutido no âmbito das micro e pequenas empresas, ele vem ganhando força, principalmente em instituições de ensino públicas.

Mais recentemente, Gomes, Machado e Souza (2022), através das aplicações das leis da bibliometria, buscaram examinar o quadro da pesquisa tributária nos periódicos de Administração, Ciências Contábeis e Economia, no período de 2015 a 2020. Foram encontrados na amostra 152 artigos, publicados em 58 periódicos, por 368 pesquisadores. Em seus achados, obtiveram que, na aplicação da Lei de Lotka, foi constatado uma alta produtividade dos pesquisadores brasileiros no campo tributário.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de descobrir o quanto e o que tem sido pesquisado sobre PME nos congressos brasileiros de Contabilidade e Administração, foi realizada uma pesquisa com abordagem quantitativa, pois esta possui como objetivo primordial a exata descrição de características quantitativas de populações como um todo, organizações ou outras coletividades específicas (MARCONI; LAKATOS, 2003). O presente estudo caracteriza-se, também, como uma pesquisa descritiva, pois procura descrever e classificar os artigos publicados sobre PME (GIL, 2002). De acordo com os procedimentos, a pesquisa pode ser considerada um estudo bibliométrico.

Segundo Souza, Silva e Araújo (2013), pode-se definir o estudo bibliométrico como um ramo da ciência que tem como objetivo a investigação das publicações científicas, objetivando buscar as principais características da comunicação científica pesquisada. Uma de suas principais vantagens é a padronização dos procedimentos, a qual colabora na mensuração dos dados coletados (SANTOS, 2015). Adicionalmente às características principais comumente apuradas em estudos do gênero, nesta pesquisa empregou-se as premissas de uma das leis da bibliometria, a Lei de Lotka. Em termos práticos, esta lei pode ser definida como a quantidade de pesquisadores que publicam n artigos sobre determinado campo científico é de aproximadamente $(1/n^2)$ dos que publicam apenas um trabalho (POTTER, 1981; CHEN; CHONG; TONG, 1994; MAGALHAES-TIMOTIO; BARBOSA, 2020). Ela é aplicada na verificação de autores de maior produtividade em tipologias de publicações (ANDRE et al., 2014).

A pesquisa analisou todos os artigos relacionados à contabilidade e tributação de PME, no espaço temporal de 2010 a 2021, dos anais dos congressos discriminados no Quadro 1:

Quadro 1: Relação dos congressos

| CONGRESSO | ANO DE INÍCIO | FREQUÊNCIA | ÚLTIMA EDIÇÃO |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Congresso Brasileiro de Custos | 1994 | Anualmente | 28° (2021) |
| Congresso SemeAD | 1996 | Anualmente | 24° (2021) |
| Encontro da ANPAD | 1997 | Anualmente | 25° (2021) |
| Congresso USP de Controladoria e Contabilidade | 2001 | Anualmente | 21° (2021) |
| Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade | 2004 | Anualmente | 18° (2021) |
| Congresso ANPCONT | 2007 | Anualmente | 15° (2021) |
| Congresso UFSC de Controladoria e Finanças | 2007 | Anualmente | 11° (2021) |
| Congresso CASI | 2007 | Anualmente | 13° (2021) |
| Congresso Adcont | 2010 | Anualmente | 12° (2021) |
| Congresso UnB de Contabilidade e Governança | 2015 | Anualmente | 7° (2021) |
| Congresso UFU de Contabilidade | 2015 | A cada 2 anos | 4° (2021) |

Fonte: Elaboração própria (2022).

O espaço temporal da pesquisa foi estabelecido principalmente em razão da norma NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – estar em vigor desde 2010, juntamente com a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de relatórios financeiros. Os congressos foram selecionados considerando aqueles reconhecidos nacionalmente e que estão consolidados há mais de 5 anos. É válido ressaltar que nem todos os congressos são realizados durante todo o período analisado pela pesquisa, como, por exemplo, o Congresso UFU que acontece somente a cada 2 anos. Além disso, foram considerados também congressos relevantes de Administração que possuem como área de interesse a Contabilidade.

A coleta de dados foi feita através da seleção de artigos, por meio da busca nos endereços eletrônicos dos anais dos congressos que contivessem no título do estudo as seguintes palavras/expressões: PME, CPC PME, NBC TG 1000, ITG 1000, MEI, Pequenas e Médias Empresas, Microempreendedores Individuais e Simples Nacional. A amostra da pesquisa consistiu apenas de artigos relacionados à contabilidade e tributação de PME. Após o levantamento inicial a partir dos títulos, foram baixados os artigos e analisados seus títulos e resumos, totalizando 209 estudos.

Para o tratamento de dados, foi utilizada a tabulação através do Software Microsoft Excel e, em seguida, foram levantadas as seguintes informações: quantidade de artigos, distribuição dos artigos ao longo dos anos, quantidade de artigos por congresso, área da Contabilidade que mais possui pesquisas sobre PME, perfil dos autores, perfil de autoria e autores mais prolíferos. Com a finalidade de descobrir a frequência de palavras utilizadas nos títulos dos artigos analisados, foi utilizado a ferramenta WordClouds.com. Por fim, foram utilizadas análises estatísticas para cumprir com os objetivos da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise dos artigos encontrados sobre o tema “contabilidade e tributação de PME”, de 2010 a 2021.

4.1 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ANO

A Tabela 1 mostra a quantidade de artigos publicados por ano, resultando em 209 artigos sobre o tema, entre os anos de 2010 e 2021.

Tabela 1 – Quantidade de artigo por ano

| ANO | N | (%) |
|------|----|------|
| 2010 | 23 | 11 |
| 2011 | 12 | 5,74 |
| 2012 | 19 | 9,10 |
| 2013 | 17 | 8,13 |
| 2014 | 10 | 4,79 |

| | | |
|--------------|-----|-------|
| 2015 | 25 | 11,96 |
| 2016 | 16 | 7,66 |
| 2017 | 17 | 8,13 |
| 2018 | 18 | 8,61 |
| 2019 | 25 | 11,96 |
| 2020 | 15 | 7,18 |
| 2021 | 12 | 5,74 |
| Total | 209 | 100 |
| Média | 19 | |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Colocam-se em destaque os anos de 2015 e 2019, ambos com 25 artigos publicados, onde houve um aumento considerável de 150% no número de publicações de 2014 para 2015 e um aumento de 38% no número de publicações de 2018 para 2019. Os anos com menor número de publicações foram 2011 e 2021, ambos com 12 artigos publicados. Neste caso, houve uma queda de 48% no ano de 2010 para 2011, e uma queda de 20% no de 2020 para 2021. É importante acrescentar que no ano de 2010 entrou em vigor a norma específica para PME – a NBC TG 1000. Apesar de ser um dos anos com o maior número de publicações, com 23 artigos publicados sobre o tema analisado, não houve indício de uma tendência de crescimento nos demais anos. Sendo assim, não há relação entre a adoção das normas contábeis para PME e o um aumento constante do número de publicações sobre o tema.

De forma geral, corroborando com o estudo feito por Gomes, Machado e Souza (2022), os dados revelam que não há um constante aumento ou declínio na quantidade de artigos publicados por ano, pois há uma variabilidade.

4.2 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR CONGRESSO

A Tabela 2 mostra a distribuição das quantidades de artigos por congresso.

Tabela 2 – Quantidade de artigo por congresso

| CONGRESSO | N | (%) |
|--|-----|-------|
| Congresso Brasileiro de Custos | 62 | 29,67 |
| Congresso UFSC de Controladoria e Finanças | 33 | 15,79 |
| Congresso USP de Controladoria e Contabilidade | 27 | 12,92 |
| Congresso CASI | 20 | 9,57 |
| Congresso Adcont | 16 | 7,66 |
| Encontro da ANPAD | 12 | 5,74 |
| Congresso UFU de Contabilidade | 11 | 5,26 |
| Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade | 10 | 4,78 |
| Congresso ANPCONT | 10 | 4,78 |
| Congresso SemeAD | 5 | 2,39 |
| Congresso UnB de Contabilidade e Governança | 3 | 1,44 |
| Total | 209 | 100 |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ao observar a Tabela 2, colocam-se em destaque o Congresso Brasileiro de Custos e o Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, pois tiveram o maior número de artigos publicados sobre o tema pesquisado, com 62 e 33 artigos, respectivamente. Em seguida, tem-se o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e o Congresso CASI, com 27 e 20 artigos publicados, respectivamente. Vale citar que o Congresso Brasileiro de Custos é o congresso mais antigo analisado, com início no ano de 1994 e apresentou o maior número de artigos relacionados ao tema, mostrando uma relação entre o ano de início e o número de artigos. De forma geral, os congressos em destaque citados acima possuem mais de 10 anos de consolidação no âmbito dos eventos brasileiros de contabilidade.

Os dados da Tabela 2 sugerem ainda que os estudos científicos apresentados nos principais eventos contábeis se concentram na abordagem gerencial e não financeira, pois os congressos mais profícuos destinam-se a discutir com mais ênfase temas da contabilidade gerencial e controladoria. Isso pode ser um sinal de que a contabilidade financeira e a tributação das PME não sejam exploradas com profusão nos estudos, embora, muitas dessas organizações enfrentam descontinuidade relacionadas a gestão ineficiente, as vezes impulsionadas por uma participação não efetiva da contabilidade no processo de fornecimento de informações para tomada de decisão e análise precisa dos custos tributários dos empreendimentos.

Os congressos com menos artigos publicados foram o Congresso Semead e o Congresso UnB de Contabilidade e Governança, com apenas 5 e 3 artigos publicados, respectivamente. O Congresso Semead é um congresso antigo, porém, é um congresso de Administração que possui como área de interesse o tema contabilidade, sendo assim, pode ser explicado o baixo número de artigos. Já o Congresso UnB de Contabilidade e Governança, que somou apenas 3 artigos, teve seu início em 2015, ou seja, comparado aos demais congressos, o espaço temporal analisado foi reduzido. Pode-se depreender desse fato que a temática não é vista pelos pesquisadores, que tem nesses eventos um veículo de divulgação de seus estudos, como relevante, mesmo o segmento sendo um importante motor da economia nacional.

4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR ANO DOS PRINCIPAIS EVENTOS

Tendo em vista que os congressos com mais publicações foram: Congresso Brasileiro de Custos, Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso CASI, a Tabela 3 evidencia a distribuição dos artigos destes congressos por ano.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos por ano dos principais eventos

| Congresso | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|-----------------------|------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|-------|
| CBC | 11 | 4 | 8 | 8 | 3 | 3 | 6 | 6 | 7 | 0 | 3 | 3 | 62 |
| Congresso UFSC | 0 | 3 | 0 | 5 | 0 | 11 | 0 | 1 | 1 | 7 | 1 | 4 | 33 |
| Congresso USP | 0 | 1 | 4 | 0 | 3 | 1 | 6 | 2 | 1 | 1 | 6 | 2 | 27 |
| Congresso CASI | 0 | 0 | 2 | 0 | 3 | 1 | 1 | 4 | 3 | 5 | 0 | 1 | 20 |
| Total | 11 | 8 | 14 | 13 | 9 | 16 | 13 | 13 | 12 | 13 | 10 | 10 | 142 |
| Percentual (%) | 7,75 | 5,64 | 9,86 | 9,15 | 6,34 | 11,27 | 9,15 | 9,15 | 8,46 | 9,15 | 7,04 | 7,04 | 100 |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ao analisar a Tabela 3, constata-se que o ano com mais artigos publicados nos principais congressos foi o ano de 2015, com 16 artigos publicados, o qual também foi o ano com mais publicações considerando todos os congressos analisados na pesquisa. O ano com menor número de publicações foi o ano de 2011, com apenas 8 artigos. No entanto, o número de artigos ao longo dos anos se manteve sem grandes discrepâncias, com uma média de 11,83 estudos publicados por ano.

4.4 PERFIL DE AUTORIA

A Tabela 4 mostra o perfil de autoria dos 209 artigos analisados.

Tabela 4 – Perfil de autoria

| QUANTIDADE DE AUTORES POR ARTIGO | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
|--|-----|------|------|------|-----|-----|
| Congresso Brasileiro de Custos | 0 | 16 | 24 | 12 | 6 | 4 |
| Congresso SemeAD | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Encontro da ANPAD | 0 | 3 | 6 | 2 | 1 | 0 |
| Congresso USP de Controladoria e Contabilidade | 1 | 9 | 7 | 9 | 1 | 0 |
| Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade | 1 | 2 | 5 | 2 | 0 | 0 |
| Congresso ANPCONT | 1 | 2 | 3 | 4 | 0 | 0 |
| Congresso UFSC de Controladoria e Finanças | 3 | 12 | 7 | 10 | 1 | 0 |
| Congresso CASI | 1 | 3 | 2 | 9 | 5 | 0 |
| Congresso Adcont | 0 | 4 | 4 | 4 | 4 | 0 |
| Congresso UnB de Contabilidade e Governança | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| Congresso UFU de Contabilidade | 0 | 4 | 3 | 4 | 0 | 0 |
| Total | 8 | 55 | 67 | 57 | 18 | 4 |
| (%) | 3,8 | 26,3 | 32,1 | 27,3 | 8,6 | 1,9 |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ao verificar a Tabela 4, nota-se que o mais usual é os artigos serem feitos em parceria, com 2, 3 ou 4 autores, alcançando um percentual 85,7% dos artigos encontrados. Artigos com 1, 5 ou 6 autores é o menos comum, representando apenas 14,3% do total analisado. Este resultado corrobora com o estudo feito por Ribeiro (2014), em que as publicações realizadas em parceria também foram predominantes, alcançando 86% do total de artigos analisados. Outro estudo com resultados semelhantes foi o de Gomes, Machado e

Souza (2022), pois esses pesquisadores identificaram que dos 152 artigos analisados, apenas 9 foram feitos individualmente, enquanto 143 foram feitos em parceria, corroborando com a presente pesquisa.

4.5 GÊNERO DOS AUTORES

A Tabela 5 apresenta a distribuição de gênero dos autores.

Tabela 5 – Distribuição dos autores quanto ao gênero

| Gênero | N | % |
|--------------|------------|------------|
| Feminino | 292 | 50,34 |
| Masculino | 288 | 49,66 |
| Total | 580 | 100 |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Dentre os 580 autores encontrados nos 209 artigos analisados, a maioria é do gênero feminino, com um percentual de 50,34%. Porém, vale citar que há uma uniformidade, pois o percentual do sexo masculino é de 49,66% do total. Tal resultado não corrobora com os estudos de Santos (2015) e Souza (2013), uma vez que ambos identificaram uma concentração maior de autores do gênero masculino. Um estudo feito dos congressos Enanpad, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade por Luca et al. (2011), onde foi analisada a representatividade feminina na produção científica em Contabilidade e Congresso Anpcont, concluiu que a presença de autores do sexo masculino foi significativamente maior em relação ao sexo feminino. A presente pesquisa, com um leque maior de congressos, permite afirmar que autores do sexo feminino vem ganhando um espaço maior na produção científica em Contabilidade.

4.6 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR AUTOR

A Tabela 6 mostra os autores mais prolíficos dentre os 580 identificados na produção científica analisada.

Tabela 6 – Autores mais prolíferos

| NOME DO AUTOR | N |
|---|---|
| Rodney Wernke | 6 |
| Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo | 5 |
| Geraldo Alemandro Leite Filho | 5 |
| Luiz Carlos Miranda | 4 |
| Antonio Zanin | 4 |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ao analisar a Tabela 6, verifica-se que o autor mais prolífico na temática é Rodney Wernke, com 6 produções nos 12 anos investigados. Logo em seguida temos Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo e Geraldo Alemandro Leite Filho, ambos com 5 produções. Por fim, Luiz Carlos Miranda e Antonio Zanin escreveram 4 artigos cada um. Chama a atenção o baixo número de artigos elaborados pelos principais autores do tema, que não conseguiram em 12 anos ter, ao menos, uma dezena de relatórios científicos publicados.

De forma geral, 55 autores produziram de 2 a 6 artigos do total, enquanto 525 autores produziram apenas 1 artigo, correspondendo a 90,5% do total de autores. Esse resultado confirma a Lei de Lotka, pois enfatiza a produtividade de autores em determinada área do conhecimento, ou seja, poucos autores publicam muito enquanto muitos autores publicam pouco (RIBEIRO, 2014). Silva et al. (2012) obtiveram resultados semelhantes baseados na Lei de Lotka, em que 95% dos autores encontrados na pesquisa publicaram apenas 1 artigo. No entanto, também de acordo com o estudo feito por Silva et al. (2012), os dados revelam que não há muitos autores especializados no tema analisado, visto que apenas 9,5% dos autores identificados produziram mais de 1 artigo. O estudo feito por Gomes, Machado e Souza (2022) também corrobora com a presente pesquisa, visto que de 368 autores identificados, 313 publicaram apenas 1 artigo. Esses dados revelam a importância de poucos autores para determinada área do conhecimento.

4.7 TEMAS MAIS ABORDADOS NOS ARTIGOS

A Tabela 7 mostra os temas mais abordados nos artigos e suas respectivas quantidades.

Tabela 7 – Temas mais abordados

| TEMA | N | (%) |
|--|------------|-------------|
| Contabilidade Gerencial | 123 | 58,85% |
| Contabilidade Aplicada para Usuários Externos | 31 | 14,83% |
| Tributação de PME/Planejamento Tributário | 28 | 13,40% |
| Finanças | 13 | 6,22% |
| Contabilidade em tempos de enfrentamento da COVID - 19 | 8 | 3,83% |
| Outros | 6 | 2,87% |
| Total | 209 | 100% |

Fonte: Elaboração própria (2022).

Foram divididos em 6 grandes grupos de temas: “Contabilidade Aplicada para Usuários Externos”, “Contabilidade em tempos de enfrentamentos da COVID-19”, “Contabilidade Gerencial”, “Finanças”, “Tributação de PME/Planejamento Tributário” e “Outros”. Os temas foram criados baseados nas divisões feitas pelos próprios congressos, levando também em consideração o título e resumo dos estudos da amostra. Vale evidenciar que o grupo “Contabilidade Gerencial” abrange também artigos relacionados a Controladoria e que o grupo “Outros” se refere a temas que tiveram apenas 1 (um) artigo correspondente.

O tema em destaque é “Contabilidade Gerencial”, que representa quase 59% dos artigos encontrados. É válido citar que o Congresso Brasileiro de Custos, que trata em sua maioria de artigos relacionados à “Contabilidade Gerencial”, foi o congresso que obteve maior quantidade de artigos relacionados ao tema analisado neste estudo. Em seguida, 14,83% dos artigos encontrados têm como tema “Contabilidade Aplicada para Usuários Externos”. Logo depois, o tema “Tributação de PME/Planejamento Tributário” foi discutido em 13,40% dos artigos. Os temas menos abordados foram “Finanças” e “Contabilidade em tempos de enfrentamento da COVID – 19”, com percentagem de 6,22% e 3,83%. O tema “Contabilidade em tempos de enfrentamento da COVID – 19”, com 8 artigos, é ainda recente, sendo estudado a partir de 2020 com o início da pandemia Sars-Cov-2, no entanto, é um tema pertinente e que afetou a economia como um todo. O impacto deste assunto nas empresas e na contabilidade deve continuar sendo objeto de investigações futuras.

A baixa produção sobre tributação (28) aplicada às PME sugere que os estudiosos da contabilidade não têm pelo assunto grande interesse, apesar de o setor ser destacado como muito importante para o desenvolvimento do país. Ao considerar o tempo da pesquisa, a produção científica acerca do assunto ultrapassa pouco mais de 2 estudos por ano, o que chega a ser impressionante, negativamente, tendo em vista o número já expressivo de programas de mestrados e doutorados em Contabilidade e Administração no Brasil.

4.8 NUVEM DE PALAVRAS

A Figura 1 foi produzida utilizando-se da ferramenta WordClouds.com, a partir dos títulos dos 209 artigos analisados. O objetivo foi mostrar visualmente as palavras que mais se repetem e comprovar os temas mais frequentes nos estudos apresentados e publicados nos eventos científicos objeto desta investigação. Frisa-se que o tamanho da fonte liga-se ao número de frequência, ou seja, o maior destaque indica que apareceu com mais intensidade nos títulos dos estudos analisados.

títulos dos trabalhos analisados foram: “empresas”, “micro”, “pequenas”, “estudo”, “gestão”, “contabilidade”, “utilização”, “análise”, “percepção”, “práticas”, “simples”, “nacional”. Com isso, percebe-se que os estudos analisados, em sua maioria, tratam de gestão, percepção, utilização e análises relacionadas às PME.

O presente estudo adiciona-se a outras pesquisas anteriores que evidenciaram o cenário de estudos de um tema específico na Contabilidade, contribuindo com a literatura relacionada às PME. Saliente-se a carência de estudos relacionadas à contabilidade e tributação de PME, como já citado por Faria e Silva (2014), visto que é importante ter um acompanhamento diante das mudanças e evoluções que ocorrem a respeito delas. Com isso, espera-se que a presente pesquisa desperte o interesse de outros autores em pesquisar sobre o tema, o qual tem grande importância para a economia do país, mas não tem merecido atenção dos pesquisadores contábeis, como se nota no volume muito maior de estudos dedicados às empresas de grande porte, em especial àquelas que negociam seus títulos em bolsas de valores.

Diante do exposto, é possível concluir que a pesquisa contábil aplicadas as PME é tímida e incipiente. Poucos são os autores que buscam contribuir com a sociedade investigando essas empresas, menos ainda aqueles que tentam compreender como a tributação pode levá-las ao êxito ou fracasso e, também, se as políticas públicas de tributação voltadas ao segmento têm, de fato, atendido as expectativas traçadas. Talvez, um ponto que explique a baixa produtividade científica no tema, tenha ligação direta com a própria legislação fiscal que desobriga as PME de manterem a escrituração contábil ou pela dificuldade em acessar dados. Neste sentido, cabe aos organismos reguladores, como os conselhos de contabilidade, e aos centros de estudos mostrarem essa realidade e trabalharem para que o segmento seja mais estudado. Com isso, demonstrar que a contabilidade pode ser instrumento decisivo para a continuidade das empresas ao fornecer elementos para tomada de decisão via relatórios de posição financeira, desempenho e fluxos deixa, bem como a elaboração contínua de estudos de natureza tributária.

Finalmente, é importante destacar que o estudo não visou esgotar a discussão da pesquisa contábil aplicadas às PME, com ênfase à contabilidade e à tributação, mas, por meio de técnica bibliométrica, levantar e apresentar as principais características dos estudos publicados em anais dos congressos, de modo que a comunidade acadêmica e profissional pudessem refletir sobre o espaço ainda a ser ocupado neste importante segmento econômico e ter ciência acerca da posição científica atual, até então desconhecida na configuração adotada. Assim sendo, recomenda-se ampliar esta pesquisa aprofundando as análises sobre os temas mais atraentes pesquisados em cada eixo descrito; analisar as principais metodologias científicas adotadas para efetuar pesquisas no tema; expandir a análise para periódicos de bom nível da área contábil e de administração; e, verificar se as pesquisas debatidas em eventos científicos estão sendo aperfeiçoadas e submetidas à publicação em revistas científicas de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. S. *et al.* Análise bibliométrica dos artigos sobre Controladoria publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no período de 2004 a 2010. **Revista de Evidenciação Contábil e Finanças**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 123-138, jul./dez. 2013.

ANDRE, C. da S. *et al.* Análise bibliométrica do periódico Transinformação. **Profissional de la Información**, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 433-442, 2014.

ARRUDA, A. T. F. F. P. **Adoção do CPC PME e conhecimento do padrão IFRS for SME: percepção dos agentes.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BOTINHA, R. A.; LEMES, S. IFRS Para Pequenas e Médias Empresas: Percepção Sobre a Adoção das Normas Internacionais no Brasil, **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 8, n. 2, p. 71-90, 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 16 abr. 2021.

CARMO, A. C.; MACHADO, L. S. Contabilidade e tributação em pequenas e médias empresas: um estudo em ...

BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Receita Federal. **Simples Nacional. O que é o Simples Nacional?** Brasil: Receita Federal, 2021. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. (org.). **Manual de metodologia científica – ILES/ULBRA ITUMBIARA**. 2. ed. Itumbiara: ILES/ULBRA, 2014.

CAVALHEIRO, R. T.; HUPPES, C. M.; KREMER, A. M. Aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas na perspectiva dos prestadores de serviços contábeis. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 59-77, maio/ago. 2017.

CHEN, Y. S.; CHONG, P. P.; TONG, M. Y. The Simon-Yule approach to bibliometric modeling. **Information Processing & Management**, [S.l.], v. 30, n. 4, p. 535-556, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas Brasileiras de Contabilidade. **Normas Simplificadas para PME**. Brasília, DF: CFC, 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-simplificadas-para-pmes/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TG 1000 (R1)** – Contabilidade para pequenas e médias empresas. Brasília, DF: CFC, [20--].

CORRER, L. C. **IFRS aplicável às Pequenas Empresas e o profissional da Contabilidade: dificuldades na convergência**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Auditoria Integral) – Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015.

DELEN, Dursun; CROSSLAND, Martin D. Seeding the survey and analysis of research literature with text mining. **Expert Systems with Applications**, v. 34, n. 3, p. 1707-1720, 2008.

EINSWEILLER, A. C.; BEBER, L. C.; SAVARIS, W. A percepção do profissional contábil sobre a aplicação da NBC TG 1000: Contabilidade para pequenas e médias empresas. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 47-72, jul./dez. 2018.

FARIA, C. T. A.; SILVA, D. M. A adoção do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **R. Cont. UFBA**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 75-91, set./dez. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. A.; MACHADO, L. de S.; SOUZA, E. S de. Pesquisas tributárias divulgadas em Periódicos de Administração, Ciências Contábeis e Economia: um estudo bibliométrico. **CONTABILOMETRIA – Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 9, n. 2, p. 84-104, jul./dez. 2022.

GOMIDES, N.; RAMALHO, W.; SOUSA NETO, J. A. Normas Internacionais de Contabilidade: a aderência dos escritórios contábeis perante o processo de convergência às normas ITG 1000 e NBC TG 1000. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 5., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: SINGEP, 2016.

LEITE FILHO, G. A.; SIQUEIRA, R. L. Revista Contabilidade & Finanças USP: uma análise bibliométrica de 1999 a 2006. **Revista de Informação Contábil USP**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 102-119, out./dez. 2007.

CARMO, A. C.; MACHADO, L. S. Contabilidade e tributação em pequenas e médias empresas: um estudo em ...

LIMA, M. J. F.; SANTOS, G. C.; PARANAIBA, A. C. Análise das mudanças ocasionadas na tributação das empresas optantes pelo Simples Nacional. **Revista das Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 13, n. 1, p. 32-50, 2019.

LUCA, M. M. M. *et al.* Participação feminina na produção científica em Contabilidade publicada nos anais dos eventos Enanpad, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso Anpcont. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 11, p. 145-164, jan./abr. 2011.

MAGALHÃES-TIMOTIO, J. G.; BARBOSA, F. V. A produção científica brasileira no campo de finanças. **Revista de Ciências da Administração**, [S.l.], v. 22, n.58, p. 39-53, 2020.

MANDILAS, A.; NIKOLAIDIS, M.; VALSAMIDIS, S. An empirical study on the adoption of IFRS for SMEs: the case of Kavala, Greece. **Mibes – Management de International Business e Economics Systems**, [S. l.], p. 409-432, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZIONI, R. K. P. *et al.* O. A percepção dos bacharéis em Ciências Contábeis sobre a adoção do CPC PME. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, 9., 2016, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: UPF, 2016.

MUNHÃO, E. E. *et al.* A convergência contábil aos padrões internacionais: diferenças entre IFRS PMEs e CPC PME. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 29-36, jul./dez. 2013.

NEAG, R.; MASCA, E.; PASCAN, I. Actual aspects regarding the IFRS for SME – Opinions, debates and future developments. **Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 32-42, 2009.

OLIVEIRA, C. B. *et al.* Desafios na implantação da ITG 1000: um estudo em escritórios contábeis de um município da região sudoeste do estado de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 45-58, set./dez. 2016.

PEREIRA, M. A. V.; MOREIRA, M. A. Análise bibliométrica sobre práticas de gestão socioambiental na pequena empresa. **Revista P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 177-194, set./fev. 2018.

PAES, N. L. Simples Nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e aos gastos tributários. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 541-554, set./dez., 2014.

PEDROZA, J. K. B. R.; CAVALCANTE, P. R. N. IFRS para PMES: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014.

PESSÔA, L. C.; COSTA, G.; MACCARI, E. A. As micro e pequenas empresas, o Simples Nacional e o problema dos créditos de ICMS. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 345-363, mai./ago. 2016.

POTTER, W. G. Lotka's law revisited. **In Library Trends**, [S.l.], v. 30, n. 1, p. 21-40, 1981.

RIBEIRO, H. C. M. Quinze anos de produção acadêmica do tema Contabilidade Internacional uma análise bibliométrica em periódicos brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 8, n. 3, art. 6, p. 326-343, jul./set. 2014.

SALES, R. L.; BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M. A. Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios em um típico município interiorano brasileiro. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 5, n. 1, p. 68-84, 2011.

CARMO, A. C.; MACHADO, L. S. Contabilidade e tributação em pequenas e médias empresas: um estudo em ...

SANTEIRO, F. R. M. **Produção científica (SciELO, 1993/2012) e uso de estratégias de coping em adolescentes escolares**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

SANTOS, G. C. Análise Bibliométrica dos Artigos Publicados como Estudos Bibliométricos na História do Congresso Brasileiro de Custos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 4-13, jan./abr. 2015.

SILVA, A. P. F. *et al.* Estudo bibliométrico sobre custo em organizações da construção civil: contribuições do congresso brasileiro custo de 1996 a 2010. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Bento Gonçalves. **Anais** [...]. Bento Gonçalves: CBC, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Atualização de estudo sobre participação de Micro e Pequenas Empresas na economia nacional**. [S. l.]: FGV Projetos, 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas**. [S. l.]: SEBRAE, 2022. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa,46b1494aed4bd710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 19 fev. 2022

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Painel de Empresas**. [S. l.]: SEBRAE, 2021. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, F. J. V.; SILVA, M. C.; ARAÚJO, A. O. Uma análise da produção científica da área de contabilidade governamental nos periódicos que utilizam o SEER e o SciELO. **R. Cont. UFBA**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 22-37, maio/ago. 2013.

WILBERT, M. D.; ALCÂNTARA, L. T.; SERRANO, A. L. M. Impactos do simples na sociedade: uma análise da arrecadação e dos empregos gerados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e pelos microempreendedores individuais. **Revista Catarinense de Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 14, n. 42, p. 55-69, maio/ago. 2015.